

AS ORIGENS DO EXÉRCITO BRASILEIRO (*).

A evolução histórica do Exército Brasileiro, no período colonial e no 1.º Império, reflete bem a estrutura social e econômica do Brasil, pois ele foi organizado para resolver os problemas oriundos do sistema de produção de matéria prima e equacionado para a defesa do patrimônio que a Corôa portuguesa pouco a pouco foi constituindo nesta parte do Atlântico Sul.

Inicialmente os portugueses organizaram suas feitorias exploradoras, principalmente de pau-brasil, ao longo da costa e esses pontos fortes tiveram que ser guarnecidos com paliçadas e muros de taipa.

Contra os indígenas refratários à escravidão, os colonos iniciam uma guerra ofensiva e predatória, dirigida principalmente contra as reduções jesuíticas do Sul. Nessas correrias pelo sertão a dentro o Estado teve pouca participação, a não ser no Norte do país. No Sul, serão os bandeirantes que darão início ao ciclo do apresamento, e brancos e mamelucos dirigirão em combate grandes contingentes de índios escravizados.

O indígena não pôde defender-se com vantagem do branco porque contra a pólvora, armas de aço, gibões de couro forrados com algodão, só podia opor apenas suas bordunas, tacapes, arcos e flechas.

Contra o pirata que infestava a costa a luta vai ser bem diferente. Aí o colono e o flibusteiro lutam com armas iguais e por isso mesmo a Metrópole foi obrigada a intervir para defender o seu império monopolista, inicialmente de pau-brasil e depois de açúcar.

Se a Metrópole exigia do colono a sua participação na defesa do país, foi obrigada por seu lado a erigir fortalezas nos pontos estratégicos, para proteção das suas fontes de produção. Apesar de exigir dos proprietários de terras e escravos a sua participação em material e mão-de-obra, o Estado teve neces-

(*) — O presente trabalho foi publicado em grande parte como um capítulo do livro *História Geral da Civilização Brasileira*. II. O Brasil Monárquico. Tomo I, sob a direção de Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo. Difusão Européia do Livro. 1962 (Nota da Redação).

sidade de organizar a defesa da costa e armar os fortes. Então começa a grande intervenção estatal, que cada vez se torna mais ponderável e custosa, se bem que as forças coloniais continuem preponderantes e bastante importantes.

1. — O período colonial.

A primeira tropa regular que teve o Brasil deve ter sido a que aqui chegou com Tomé de Souza. Nada sabemos sobre a sua organização, nem possuímos dados exatos sobre os contingentes que auxiliaram Mem de Sá e Estácio de Sá na sua luta para expulsarem os franceses da Guanabara.

Portugal procurou defender da melhor maneira possível as costas do Brasil, construindo para isso alguns fortes, artilhando-os e guarnecendo-os com tropas metropolitanas e alguns artilheiros mercenários, como aconteceu com o alemão Hans Staden no forte da Bertioga.

No século XVII começaram a aparecer as primeiras tropas organizadas de que temos notícia na nossa história. Portugal procura fortalecer a sua colônia e aparecem os primeiros terços (2) de brancos, índios e pretos. O terço era então a unidade tática por excelência, vencedora que fôra das hostes e mesnadas medievais na Península Ibérica. Esse terço, organizado pelo espanhol Gonçalo de Córdoba grangeou-lhe grande fama como capitão. O terço possuía 10 companhias de 100 homens cada uma, comandadas por um capitão. Dirigia o terço um mestre de campo secundado por um sargento-mor e um ajudante. As primeiras companhias usavam chuços e chifarotes, as últimas carregavam mosquetes. Os oficiais tinham espadas e os sargentos cabos, piques ou alabardas.

Na guerra contra os holandeses, para defender as capitanias ameaçadas, foi necessário constituir tropas com os elementos locais, daí surgiram as “companhias de assalto”, principalmente os terços de pretos de Henrique Dias e de índios de Filipe Camarão. Foi por isso, e por dois séculos ainda, que sempre existiram no Brasil, primeiramente terços e mais tarde regimentos de pretos Henriques em Pernambuco e Bahia,

(1). — Para organizarmos este artigo, lançamos mão principalmente dos trabalhos de Gustavo Barroso, que foi entre nós quem mais se preocupou com a nossa História Militar.

(2). — O terço aparece ainda hoje nas tropas espanholas estacionadas no Marrocos, precisamente na famosa Legião Estrangeira que teve papel tão destacado na Guerra Civil Espanhola.

e no Rio de Janeiro caçadores a pé, das milícias, com fardas brancas paramentadas de vermelho.

Depois da luta contra os holandeses, dá-se a reorganização da capitania de Pernambuco pelo governador Brito Freire. Determinou êle que cada comarca fornecesse um têrço de soldados, cabendo a cada freguesia uma companhia, recrutando-se os oficiais entre os habitantes mais ricos e capazes. Essa organização era muito fraca e geralmente permanecia apenas no papel, pois os homens deviam ser armados, municiados e mantidos muitas vêzes pelos seus próprios comandantes que não dispunham de numerário suficiente para tal empresa.

Em 1663 o conde de Óbidos reformou o sistema militar de Brito Freire e reduziu as fôrças armadas a apenas dois terços. Posteriormente, o governador Henrique Luís Freire criou o regimento de dragões auxiliares a pé (3), com 2 batalhões de 10 companhias cada um, com o efetivo de 1.200 homens entre soldados e oficiais, repartidos pelos distritos de Olinda, Recife, Beberibe, Cabo e Igarassú. Havia também 2 regimentos de cavalaria ligeira de ordenanças (milícias), 1 com o efetivo de 600 homens nos distritos de Itamaracá e Goiana e o outro com 500 homens divididos por Alagoas, Pôrto Calvo e Serinhaem. Esse conjunto era complementado por 2 regimentos de infantaria paga, tropa da ativa, não territorial, como as acima mencionadas. Cada regimento contava com 10 companhias, sendo 1 delas de granadeiros e mais 150 soldados de artilharia. Cada companhia possuía 44 soldados, 4 cabos, 2 sargentos, 1 alferes, 1 tenente, 1 capitão e 1 tambor. A companhia de granadeiros tinha um efetivo maior: 55 soldados, os mesmos inferiores e oficiais, mas além do tambor possuía também um pífaro ou pífano.

O têrço dos pretos, os Henriques, foi mantido com o mesmo efetivo e organização primitiva. O seu primeiro comandante, Henrique Dias, recebera patente de Primeiro Governador e Cabo dos Negros e Mulatos do Brasil, do conde da Tôrre, em 4 de setembro de 1639.

Completavam essas tropas mais 13 companhias de ordenanças (cavalaria) e quatro terços de cavalaria, fôrça territorial, distribuída por freguesias e comarcas na base do recrutamento local que prosseguirá no século seguinte, como se pode ver nos nossos arquivos, nos chamados "maços de população", que

(3). — Os dragões foram tropas criadas por Gustavo Adolfo e o marechal de Brissac, adotando-se a velha designação romana de *droganários* e, como êles, eram infantaria montada. Napoleão teve também alguns regimentos de dragões a pé.

são nada mais nada menos que um censo militar feito no Brasil, tendo em vista a defesa das capitanias contra os invasores estrangeiros, e que também funcionou em parte no recrutamento das tropas auxiliares nas campanhas do Sul, principalmente nas regiões meridionais. Essas tropas eram mal armadas e fardadas. O soldo, tanto das tropas de linha como das territoriais quando convocadas para o serviço ativo, era pago com verbas extraordinárias e esporádicas. A manutenção das forças armadas e das fortalezas, muitas vêzes dependia do estanco das mercadorias de que o Estado possuía o monopólio e que era quase sempre arrendado a particulares.

Com a mesma organização de tropa territorial e de precária eficiência, existia no Ceará e Rio Grande do Norte 2 terços de infantaria e regimento de ordenanças. Para os fortes, como força de guarnição, além dos artilheiros, havia 1 ou 2 companhias de infantaria, chamadas "companhias fixas" ou "pés de castelo". Nas outras capitanias a organização militar era a mesma, baseada sempre no recrutamento local e com uma eficiência nem sempre muito grande.

*

No começo do século XVIII, de 1718 a 1720, Minas Gerais, por ter adquirido grande importância devido à mineração, recebeu de Portugal, para impedir o contrabando e policiar os distritos mineradores da capitania, as 2 famosas companhias dos Dragões Reais de Minas, com 60 homens cada uma.

Mas foi na Bahia, por ser o centro político e administrativo da colônia que se concentrava o grosso das forças armadas. Havia aí 8 regimentos de ordenanças, que todavia foram suprimidos em 1739, e em seu lugar apareceram 4 terços auxiliares com seus capitães-mores e 1 batalhão de artilharia com 6 companhias, comandado por 1 tenente-general, tendo como oficiais 1 condestável, 1 ajudante, 5 capitães e tenentes. Além dessas unidades existiam ainda 2 regimentos de infantaria com um efetivo de 1.500 homens. Essas tropas estavam distribuídas pelas principais vilas da capitania baiana e participaram de diversas campanhas, como a restauração de Mombça e as lutas da colônia do Sacramento. Nessa época a maioria dos soldados e da oficialidade das tropas auxiliares era composta de naturais do Brasil, assim como a terça parte da tropa de linha.

A unidade tática de então, tanto em Portugal como no Brasil, era o regimento de tipo francês. O terço, que vinha do século anterior, subsistia apenas nas unidades territoriais. Há-

via na Bahia ainda 4 terços: o da “cidade”, o da Tôrre, o de Pirajá e o de Itaparica. O da “cidade” tinha 12 e não 10 companhias como os outros. Além disso, havia em Salvador um terço de ordenanças com 23 companhias, formadas pelos estudantes, letrados, moedeiros, gente da justiça e negócios, calafates, familiares e empregados das arrecadações, num total de cerca de 1.742 homens. Em Itaparica existia ainda 1 companhia de ordenanças. Na capitania subsistia o tradicional terço dos Henriques e as companhias de ordenanças de cada cidade ou vila.

Distribuídos pelas diversas capitanias havia algumas formações de infantaria e cavalaria. Em São Paulo o território da capitania estava dividido em 2 circunscrições militares: São Paulo e Vilas do Norte e Curitiba e Vilas do Sul. Nessa época eram centros militares de relativa importância as vilas de São Paulo, Taubaté, Guarulhos e Guaratinguetá. No interior da capitania havia formações de dragões a pé e a cavalo, além de cavalaria auxiliar. No litoral existiam tropas guarnecendo as principais vilas e fortalezas, constituindo elas as chamadas tropas de infantaria de marinha.

O conde da Cunha (1763-1767), com a transferência da sede do governo da Bahia para o Rio de Janeiro, reorganizou a guarnição da nova capital criando 3 regimentos: 1 de artilharia e 2 de infantaria, organizando também a 1a. companhia de cavalaria da guarda dos vice-reis (4).

Na capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul organizaram-se diversas unidades: companhias avulsas de infantaria e artilharia, regimentos de dragões (1773), cavalaria auxiliar, cavalaria ligeira do Viamão, regimentos da praça da Colônia e da Ilha de Santa Catarina.

O vice-rei, marquês do Lavradio (1769-1779) reorganizou a tropas do Brasil, preparando-as para as campanhas do Sul. Em 1776 quase tôdas as unidades do Rio de Janeiro estavam concentradas nas fronteiras meridionais. Chegaram também do Reino o 1.º regimento de infantaria do Pôrto, os regimentos de Moura e de Beja. Além disso os regimentos da Bahia vieram também para o Sul. Em Minas Gerais também se mobilizaram 6 regimentos de cavalaria, vários terços e 40 companhias de negros e pardos. Em São Paulo estavam preparadas a infantaria

(4). — A 2a. companhia foi criada pelo conde de Azambuja, sucessor do conde da Cunha. Essas companhias mais tarde foram transformadas pelo Príncipe Regente D. João no 1.º regimento de cavalaria do Rio de Janeiro, o nosso Regimento de Dragões da Independência, e corpo de tropa mais antigo do Brasil na época atual.

local, a Legião dos Voluntários Reais e os célebres “aventureiros paulistas”, tropa irregular. Do Reino chegavam continuamente levas de recrutas e açorianos que completavam os claros dos regimentos de linha, que em geral estavam mal fardados e armados, principalmente o regimento de Extremoz recém-chegado para a luta. As milícias arregimentadas para a guerra não possuíam uma organização uniforme e estavam armadas e fardadas de maneira disparatada e exótica.

O Marquês de Pombal, querendo defender o Brasil da cobiça dos espanhóis, enviou para a colônia, que era no momento a jóia da Corôa de Portugal, o marechal de campo João Henrique Böhm, que se distinguira sob o comando do conde de Lippe na Guerra dos Sete Anos e na reorganização do exército português. Aqui chegando, Böhm encontrou tropas sem muita disciplina e em geral mal armadas e mal pagas. Começou por introduzir os regulamentos prussianos, principalmente o célebre regulamento do conde de Lippe que vigorou no Brasil até 1895 e nos deu uma verdadeira estrutura militar. Pouco a pouco conseguiu Böhm elevar o moral da tropa e restabelecer a disciplina, tanto nas unidades portuguesas como nas nacionais. Preocupava-se êle sobremaneira com o bem-estar de seus comandados. Nestas condições, paulatinamente, captou a confiança de todos os soldados e oficiais. A eficácia dessas medidas foram evidenciadas quando da guerra com a Espanha, onde Böhm obteve tanto sucesso, conseguindo recuperar territórios que nos tinham sido tomados durante a Guerra dos Sete Anos. A perda do Uruguai e da Colônia do Sacramento nessa ocasião foi obra do Tratado de São Ildefonso e não da derrota das tropas coloniais portuguesas. Por isso, para muitos estudiosos brasileiros João Henrique Böhm é considerado como o verdadeiro fundador do Exército Brasileiro, pois, inegavelmente, foi êle quem deu organicidade aos corpos de tropa com a aplicação dos princípios preconizados pelo conde de Lippe, considerado, sem favor, no século XVIII como a maior autoridade em organização militar.

2. — A migração da família real para o Brasil.

Tendo em 1808 a família real portuguesa vindo para o Brasil, em virtude da invasão do território da Metrópole pelas tropas napoleônicas, o Príncipe Regente, instalado no Rio de Janeiro — a nova capital provisória do Império português — procurou reorganizar as forças da colônia elevada à categoria

de Reino. Assim, em 13 de maio de 1808, d. João criou o 1.º regimento de cavalaria, atualmente o nosso tradicional Regimento de Dragões da Independência, servindo-se dos 2 esquadrões de cavalaria da guarda dos vice-reis. Deu-lhe a mesma organização dos regimentos de cavalaria de Portugal: oito companhias. Criou no mesmo dia a Guarda Real do Príncipe ou os Arqueiros da Guarda Real, para o serviço do Paço e serviço pessoal do monarca, dando o seu comando ao marquês de Belas, que, como capitão, já exercia essa incumbência no Reino. Reorganizou o corpo de brigada real da marinha, transformando-o num regimento de artilharia de marinha com 3 batalhões de 8 companhias cada um. Dêsse regimento origina-se o nosso Corpo de Fuzileiros Navais que conserva no seu fardamento traços de influência escocesa em virtude da influência da Inglaterra na política portuguesa (5).

O Príncipe Regente desdobrou ainda a brigada real de cavalaria de milícias em 2 regimentos e aumentou o batalhão de caçadores Henriques, transformando-o num regimento. Em Pernambuco criou o corpo de voluntários reais com o efetivo de 1.000 homens. Deu nova organização à Legião fundada em São Paulo pelo capitão-general Martins Lopes — por carta régia de 1775, unidade que sempre esteve em luta no Sul contra os espanhóis e possuindo um efetivo de 2.500 homens, com 2 batalhões de infantaria, 3 esquadrões de cavalaria e 3 companhias de artilharia. Com a nova organização, a Legião passou a ter 3 batalhões de infantaria, 4 esquadrões de cavalaria, 2 baterias de artilharia a cavalo e 1 companhia de artilheiros-cavaleiros. O regimento independente que existia anexo à Legião foi transformado em 2 batalhões de caçadores. Organizou-se também 1 regimento de cavalaria de milícias com estado-maior e 4 esquadrões formados por destacamentos dos 3 regimentos de cavalaria de milícias da capitania. Santos passou a contar ainda com o seu regimento de caçadores, cuja criação datava de 1766.

(5). — O Corpo de Fuzileiros Navais tem a sua origem na Brigada Real de Marinha, criada em Lisboa em 1797, que chegou ao Brasil acompanhando o Príncipe Regente em 7 de março de 1808. Combateu em Caiena em 1809. Na Independência lutou com a denominação de Batalhão de Artilharia de Marinha do Rio de Janeiro. D. Pedro I fez dessa unidade, em 1826, uma imperial brigada de artilharia de marinha com 1.753 homens de efetivo. Na revolução de Pernambuco também teve boa atuação, assim como na guerra com os países platinos. Recebeu no Império e na República 8 denominações diferentes: Imperial Brigada de Artilharia de Marinha (1826), Corpo de Artilharia de Marinha (1827), Infantaria de Marinha (1847), Batalhão Naval (1852), Corpo de Infantaria de Marinha (1895), Batalhão Naval (1908), Regimento Naval (1924) e atualmente Corpo de Fuzileiros Navais (1932).

As milícias paulistas contavam então com 11 regimentos, distribuídos por cidades e vilas, sendo 6 de infantaria, 3 de cavalaria e 2 de artilharia. Os de cavalaria tinham sido organizados pelo capitão-general Manuel de Melo. Dessas tropas o Príncipe Regente tirou os soldados que formaram o regimento de milícias a cavalo.

O Príncipe Regente, em 1809, procurou desenvolver a artilharia, criando 1 corpo de artilharia a cavalo e 1 corpo de artífices no Arsenal do Rio de Janeiro. Formou também a Guarda Real de Polícia, da qual se originou a atual Polícia Militar do Estado da Guanabara.

D. João separou a capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul da capitania de Santa Catarina, reorganizando a tropa aí existente. Nestas condições criou 1 regimento de dragões com 956 homens e 1 batalhão de caçadores com um efetivo de 610 homens. Na Bahia também transformou o 2.º regimento de infantaria numa legião de caçadores com 3 batalhões e 2 esquadrões de cavalaria, com o efetivo de 2.296 homens.

Na época real o recrutamento das praças era feito de três maneiras: o recruta pego à força, que servia 16 anos; o voluntário que prestava 8 anos de serviço e o semestreiro, geralmente filho de lavradores ou de gente abastada, que servia 6 meses no primeiro ano em que sentasse praça e três meses em cada ano dos sete seguintes. Os milicianos, terminado o seu tempo de serviço, deviam conservar o uniforme e o armamento pelo tempo que passassem na tropa, estando sempre em condições de serem convocados para o serviço ativo. Depois de 25 anos de permanência na ativa e na reserva ficava o miliciano com direito ao armamento e às peças do uniforme que tivesse recebido do governo.

O Príncipe Regente não se preocupou apenas com a reorganização das tropas existentes no Brasil, mas procurou também criar escolas militares e arsenais para que o exército dependesse o mínimo possível do exterior. Assim, datam do período real a instituição no Brasil da Real Academia Militar (6), a inauguração de novas oficinas de armas na fortaleza de Santa Cruz, erigida em 1765 pelo conde da Cunha; a instalação de várias fábricas de espingardas em Minas e a organização das divisões dessa província; a criação de tropas de pedestres, dragões, pretos, pardos, polícias e milícias na Bahia, no Rio Grande do Sul, no Ceará, em Goiás, Mariana e Ouro

(6). — Atualmente Academia Militar das Agulhas Negras, sediada em Rezende, Estado do Rio de Janeiro.

Prêto, e a fundação do regimento dos guaranis, composto de índios das Missões. Em 1813 ainda se preparavam tropas no Rio Pardo e no Ceará. Em 1815 foram criados corpos de artilharia no Maranhão e o corpo de veteranos para os inválidos.

Um fato notável do governo do Príncipe Regente foi a vinda para o Brasil de uma divisão portuguesa, a Divisão Auxiliadora, devido às guerras no Prata. Compunha-se ela de 2 batalhões de caçadores intitulados Voluntários Reais do Príncipe, e depois d'El-Rey; 3 esquadrões de cavalaria, 1 companhia de artilharia, tudo com o efetivo de 4.831 homens.

Em 1816 foi baixado um decreto real pelo qual o Exército Brasileiro foi reorganizado, recebendo fardamento e distintivos novos, sendo conservados alguns corpos que a tradição fêz manter, como por exemplo a unidade dos Henriques.

A revolução de 1817 no Nordeste fêz com que D. João VI enviasse várias unidades sediadas no Rio de Janeiro para o teatro de operações: o 1.º regimento de cavalaria, o parque de artilharia, os Voluntários d'El-Rey e 4 batalhões de infantaria. Da Bahia seguiu o novo regimento criado para debelar a revolta, o 2.º da Restauração de Pernambuco. No Rio de Janeiro ficaram apenas a polícia e 1 esquadrão de cavalaria que veio de Minas. Como as tropas enviadas para o Recife para jugular a revolta não fôsem suficientes e como era necessário tornar a guarnecer as praças desfalcadas, fêz D. João VI vir de Portugal mais soldados. Em agosto de 1817 chegou ao Recife o 2.º regimento de fuzileiros, na Bahia desembarcou o 12.º da mesma arma, e para São Cristóvão, no Rio de Janeiro, vieram em outubro do mesmo ano o 3.º de caçadores, o 15.º de fuzileiros, 1 companhia de artífices-engenheiros e 1 brigada de artilheiros-condutores.

Foram essas tropas que em 1821, sob o comando de Avilez passaram do Rio de Janeiro para a Praia Grande, de onde, depois da Independência, voltaram para Portugal. O 12.º de fuzileiros, com o general Madeira, resistiu na Bahia ao assédio e ao ataque de Labatut. Caçadores e um pequeno contingente de artilharia se mantiveram por algum tempo no Maranhão e no Piauí. Em 1821, cêrca de 600 homens da divisão naval que viera para buscar o príncipe, ficaram espontaneamente no Brasil. A Divisão Auxiliadora, que estava no Sul, embarcou para Portugal em 1823.

Em 1818 voltou para o Rio a força que estiveram em Pernambuco. D. João deu-lhe então uma organização mais eficaz. Os regimentos 1.º de granadeiros, 2.º de caçadores e 3.º

e 4.º de fuzileiros foram transformados em 1.º de granadeiros, 1.º de caçadores e os 2 regimentos de fuzileiros em 1.º, 2.º e 3.º de fuzileiros. Criou também o monarca 1 Legião em Mato Grosso e o 9.º de artilharia de Montevideú.

Em 1820 mandou El-Rey criar tropas no Norte — Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Negro, Maranhão e Sergipe — e depois também no Espírito Santo, em Minas foi organizada a divisão do Rio Doce e em São Paulo 1 esquadrão de cavalaria.

Com a volta de D. João VI para Portugal, precipitaram-se os acontecimentos, pois a idéia de independência já estava no espírito de muita gente no Brasil. O príncipe D. Pedro, necessitando de soldados, decretou que os voluntários serviriam apenas 3 anos. Organizou êle também a Guarda Cívica para a defesa da costa, com 4 batalhões de infantaria e 2 esquadrões de cavalaria. Em São Paulo armou-se uma corporação semelhante à do Rio de Janeiro, que foi chamada de “sustentáculo de independência brasileira”.

*

3. — A Independência.

Após a proclamação da Independência, o primeiro cuidado de D. Pedro I foi o de diferenciar os soldados brasileiros dos seus camaradas portugueses. Daí a adoção do tope verde-amarelo que tornou-se obrigatório em todos os corpos de tropas nacionais.

Em 2 de outubro de 1822 organizou-se no Rio de Janeiro o batalhão dos Henriques da Côrte e 1 corpo de artilharia com o efetivo de 398 homens, recrutados entre os negros forros e que deveriam seguir para o Norte com Lord Cochrane. D. Pedro reforçou também os batalhões de caçadores dando a cada um o efetivo de 714 homens, repartidos entre 6 companhias. Com êsse tipo de batalhão foram criadas 4 unidades.

De algumas províncias recebeu o Imperador grande auxílio. Destacamos em primeiro lugar o esquadrão de cavalaria, composto de voluntários milicianos de São Paulo, que serviu de base para a formação da “célebre, brilhante e aristocrática” Guarda de Honra, criada por decreto de 1 de dezembro de 1822. D. Pedro recompensou com essa honraria êsses voluntários, ao mesmo tempo que criou uma luzidia Guarda de Honra composta de estado-maior e 3 esquadrões de 158 homens cada um, sendo que o 1.º ficou estacionado em Taubaté, o 2.º na Côrte e o 3.º em São João d’El-Rey. Em 1832 a Guarda foi dis-

solvida porque se mantivera fiel à memória do príncipe que abdicara. O curioso é que os simples soldados da Guarda eram na sua maioria antigos oficiais de milícias e pertenciam às melhores famílias do Vale do Paraíba.

Em 13 de janeiro de 1825, para expulsar os portugueses do general Madeira, foi organizado um corpo de voluntários — o célebre batalhão do Imperador — com estado-maior e 6 companhias, com um efetivo de 735 homens. Combateu na Bahia e deu muitas vezes guarda de honra no Paço imperial.

Carecendo de tropas, D. Pedro foi obrigado a apelar para o recrutamento de mercenários estrangeiros, para completar os efetivos de que tinha necessidade para fazer face à política imperial no Prata. Assim, em 8 de janeiro de 1823 foi criado o 1.º regimento de estrangeiros, com estado-maior e 3 batalhões, com 834 homens cada um, sendo 1 de granadeiros (o 1.º) e 2 de caçadores (1.º e 2.º). Em 14 de novembro de 1824 foi criado outro batalhão de granadeiros (o 2.º) — que foi armado, assim como o 2.º de caçadores somente em 1825. Esses batalhões tiveram posteriormente mudados os seus números para 2.º e 3.º de granadeiros de 1.ª linha e 27.º e 28.º batalhões de caçadores.

Os soldados estrangeiros foram recrutados na sua maioria por Schäffer na Alemanha entre as mais variadas classes sociais, desde nobre decaídos, desocupados e até criminosos. Esses soldados não foram muito populares entre os seus camaradas brasileiros e eram vistos com maus olhos pela população civil, daí as numerosas rixas e conflitos que ensanguentaram o Rio de Janeiro dessa época. Quando da guerra contra a Argentina, em 1827, o comandante Crotter trouxe da Irlanda 2.000 mercenários, sendo que alguns dentre eles vieram enganados, pensando que seriam destinados à agricultura e amanho do solo, outros também chegaram em lastimável estado de saúde. Isso aumentou mais ainda o mal-estar reinante entre esses soldados estrangeiros. Isso explica o motim que em junho de 1828 estourou nos quartéis de São Cristóvão. De fato, o 2.º batalhão de granadeiros revoltou-se. A população aterrorizada pedia socorro. A repressão contra os alemães foi rápida e violenta, pois os batalhões nacionais cercaram os rebeldes que foram obrigados a se renderem. Muitos deles foram presos e embarcados em transportes de guerra e outros, como os irlandeses, foram enviados para o Canadá. Os batalhões que não tomaram parte na revolta foram reorganizados. O 28.º de caçadores não se revoltara e o 27.º fez a campanha de Buenos Aires. Quando d. Pedro dissolveu esses batalhões de mercenários em 1830 — que

até então eram considerados tropas de elite e por isso davam guarda ao Paço imperial — o 2.º de granadeiros de 1a. linha estava na Praia Vermelha, o 3.º e o 27.º de caçadores na Ilha de Santa Catarina e o 28.º em Pôrto Alegre, onde estava estacionado também um esquadrão de lanceiros alemães.

Durante a guerra da Independência na Bahia surgiram tropas irregulares: os jagunços e os couraças, vestidos de couro como os sertanejos, pois foi no interior baiano que eles foram recrutados. Essas tropas combateram muito bem contra os portugueses do general Madeira e chamaram a atenção não só pela maneira exótica como se vestiam, mas também pelo empenho da guerrilha.

O mais importante documento militar do 1.º Reinado foi o decreto de 1.º de dezembro de 1824, pelo qual o Exército Brasileiro foi organizado como exército de 1a. e 2a. linha, acabando assim com as formações irregulares, fragmentárias, que vinham da época colonial e real. As unidades receberam nova organização e nova denominação, com exceção do batalhão do Imperador e da Guarda de Honra que ficaram com a sua antiga estrutura. Dessa reorganização, que é a primeira tentativa de organicidade do nosso Exército, saíram as seguintes unidades: o 1.º batalhão de granadeiros da Côrte transformou-se no 1.º de granadeiros de 1a. linha; o 1.º de estrangeiros no 2.º de 1a. linha, ambos aquartelados no Rio de Janeiro, assim como os batalhões de caçadores n.ºs 1, 2, 3 e 4; o 1.º de caçadores de São Paulo passou para o Rio de Janeiro como o 5.º batalhão de caçadores, permanecendo em São Paulo o 2.º como o 6.º batalhão de caçadores; a infantaria da Legião de São Paulo, constituiu-se no 7.º batalhão de caçadores; o batalhão de caçadores de Santa Catarina no 8.º batalhão de caçadores; o batalhão de infantaria e artilharia de Curitiba organizou-se com o 9.º batalhão de caçadores; do 1.º batalhão de libertos de Montevidéu surgiu o 10.º e do 2.º o 11.º batalhões de caçadores; a companhia de infantaria e o corpo de pedestres do Espírito Santo formaram o 12.º batalhão de caçadores; na Bahia os 1.º, 2.º e 3.º batalhões de caçadores da província tiveram os seus números alterados para 13.º, 14.º e 15.º batalhões de caçadores; o batalhão de Alagoas recebeu o n.º 16.º; o 1.º, 2.º e 3.º batalhões de Pernambuco foram reduzidos para o 17.º e 18.º batalhões de caçadores; o da Paraíba recebeu o n.º 19 e os batalhões de infantaria do Piauí, Rio Grande do Norte, Ceará e Maranhão, receberam respectivamente os números 20.º, 21.º, 22.º e 23.º; o do Pará ficou sendo o 24.º e o 25.º e os caçadores

estrangeiros o 26.º e 27.º até 1825, quando se criou em Sergipe o 26.º e os estrangeiros passaram a ter então a denominação de 27.º e 28.º batalhões de caçadores.

A cavalaria também foi transformada: o 1.º regimento de cavalaria da Côrte, fundado por D. João VI, permaneceu no Rio de Janeiro; o 2.º foi formado pelo ex-regimento de Minas Geraes; o 3.º pela cavalaria da Legião de São Paulo e o esquadrão de cavalaria da capital da província; o 4.º foi formado pelo esquadrão de cavalaria da província de São Pedro do Rio Grande do Sul; o 5.º pelo regimento de dragões do Rio Pardo; o 6.º pelo regimento de dragões de Montevidéu e o 7.º pelo regimento de dragões de União.

A artilharia sofreu idêntica transformação: o regimento de artilharia do Rio de Janeiro transformou-se no 1.º corpo de artilharia de posição; o batalhão de posição do Rio de Janeiro no 2.º corpo de artilharia de posição; o de Santos no 3.º corpo; o de Santa Catarina no 4.º; o de Montevidéu no 5.º; a artilharia do Espírito Santo no 6.º; o da Bahia no 7.º; o de Pernambuco no 8.º; e as unidades de artilharia do Piauí, Ceará, Maranhão e Pará, nos 9.º, 10.º, 11.º e 12.º corpos de artilharia de posição. Organizaram-se também 5 corpos de artilharia montada: o 1.º com a brigada de artilharia da Côrte; o 2.º com a artilharia da Legião de São Paulo; o 3.º com a artilharia da província de São Pedro do Rio Grande do Sul; o 4.º com a artilharia montada de Alagoas e o 5.º com a da Paraíba do Norte.

A 2a. linha foi organizada com 4 regimentos de infantaria, 89 batalhões de caçadores, 38 regimentos de cavalaria e algumas unidades de artilharia. A maioria dessas unidades tinha nomes exóticos: libertos de ouro, libertos de Paracatú, pardos do Icó, artilharia de Henriques da Côrte, sertanejos de Itú, guaranis das Missões, infantaria de marinha do Ceará, infantaria de Marinha de Camocim. Como se vê, essas tropas de reserva guardavam ainda a tradição vigente nos seus locais de recrutamento, conservando muitas vêzes nomes que vinham das tropas de milícias e irregulares do período colonial.

*

4. — A Regência.

A Regência, devido o período tumultuado em que governou o Brasil, foi obrigada a dar nova feição ao Exército, porque muitos corpos de tropa tinham desaparecido com a abdicação

de D. Pedro I, como a imperial Guarda de Honra e o batalhão do Imperador, além do 2.º e 3.º batalhões de granadeiros e o 1.º, 11.º, 27.º e 28.º batalhões de caçadores. Além disso, muitas das unidades ainda existentes estavam com os seus efetivos muito reduzidos.

A reorganização se impunha. Assim, pelo decreto de 4 de maio de 1831, conservou a Regência o estado-maior general, os estados maiores de 1a. e 2a. classe, os engenheiros, os oficiais burocráticos, e mais 16 batalhões de caçadores — com 572 homens de efetivo, divididos em 8 companhias — 5 corpos de artilharia de posição com 492 homens de efetivo cada um e 1 de artilharia a cavalo com 354. Os 5 primeiros batalhões de caçadores passaram a denominar-se 1.º, 2.º, 3.º, 4.º e 5.º batalhões de caçadores da Côrte; o 6.º e o 7.º formaram o 6.º de São Paulo; o 8.º transformou-se no 7.º de Santa Catarina; o 9.º ficou sendo o 8.º do Rio Grande do Sul; o 10.º, 11.º e 12.º desapareceram; o 13.º e 14.º transformaram-se nos 9.º e 10.º da Bahia; o 15.º e o 16.º fundiram-se no 11.º de Alagoas; o 17.º e 18.º desdobraram-se nos 12.º, 13.º e 14.º de Pernambuco; os 19.º, 20.º, 21.º e 22.º batalhões foram abolidos; o 23.º ficou sendo o 15.º do Maranhão; o 24.º o 16.º batalhão do Pará. Os batalhões 25.º, 26.º, 27.º e 28.º foram extintos. Os regimentos de cavalaria foram assim redistribuídos: o 1.º permaneceu no Rio de Janeiro; o 2.º ficou em Santa Catarina; o 3.º na Bahia; o 4.º em Pernambuco e o 5.º no Pará. A artilharia a cavalo continuou no Rio Grande do Sul e os corpos de posição tiveram o seguinte destino: 1.º e 2.º na Côrte, o 3.º na Bahia, o 4.º em Pernambuco e o 5.º no Pará.

Com a dissolução dessas diversas unidades sobrou um grande número de oficiais sem comando que, curiosamente, se agruparam num batalhão de oficiais-soldados e que muito se distinguiu com um assalto efetuado contra rebeldes amotinados na Ilha das Cobras.

Mas de todos os atos militares da Regência nenhum teve a importância e a repercussão na nossa história como aquêle que criou a Guarda Nacional, que tão assinalados serviços prestou durante o 2.º Reinado, principalmente na Guerra do Paraguai e que na República auxiliou extraordinariamente a jugular a Revolta da Armada. Essa Guarda Nacional substituiu com vantagem os disparatados corpos de milícias que formavam o nosso exército territorial e que vinham do período colonial como já vimos. Assim, com essa guarda desapareceram as milícias, ordenanças, guardas cívicas e municipais.

A Guarda Nacional foi estruturada pela lei de 18 de agosto de 1831 e compreendia unidades das três armas. Seus batalhões de infantaria podiam ter 2 companhias de caçadores, mas nunca foram eles organizados como unidades dessa modalidade.

Em 1834 a Regência diminuiu ainda mais os efetivos do Exército, provavelmente pela pouca confiança que inspiravam diversas unidades, pois diversos corpos de tropas aderiram às contínuas revoltas que perturbaram esse período da nossa história. Assim, os batalhões de caçadores foram reduzidos de 16 para apenas 8. O 1.º e o 2.º ficaram no Rio de Janeiro e foram formados com o casco dos antigos 3.º e 4.º; o 3.º ficou na Bahia e foi originado do 9.º; o 4.º no Pará, tirado do antigo 15.º; o 5.º foi organizado no Pará servindo de núcleo o 16.º de outrora; o 6.º, 7.º e 8.º conservaram os mesmos números e permaneceram respectivamente em São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Foram suprimidos os batalhões n.ºs 1, 2, 5, 10, 11, 12, 13 e 14. Na cavalaria houve apenas a dissolução do 5.º regimento.

Em 1836, com a revolta dos Farrapos já deflagrada, as tropas disponíveis foram concentradas no Rio Grande do Sul e algumas unidades, que tinham mostrado simpatia pelos revoltosos, estiveram a pique de serem dissolvidas. Em 1838 reorganizou-se na Bahia o 3.º batalhão de caçadores e o 3.º de artilharia de posição. Em 1839 criou-se também no Sul 1 corpo de voluntários alemães.

Por decreto de 22 de fevereiro de 1839 o Exército Brasileiro foi mais uma vez reorganizado, tendo aumentado para 12 os seus batalhões de caçadores. O batalhão provisório de Santa Catarina, recebeu o n.º 1; no Rio de Janeiro o 1.º e o 2.º passaram a denominar-se 2.º e 3.º; no Pará foi criado o 4.º batalhão; o antigo 1.º foi reorganizado como o 5.º; os 7.º, 4.º e 5.º transformaram-se nos 6.º, 7.º e 8.º; reorganizou-se também no Pará o 9.º; os 6.º e 8.º batalhões foram renumerados como o 10.º e 11.º; e em Santa Catarina criou-se mais o 12.º batalhão de caçadores. A cavalaria teve 1 regimento suprimido (o 4.º) e em seu lugar foram criados 4 esquadrões avulsos; os 3 regimentos restantes ficaram como cavalaria ligeira. Na artilharia houve troca de números: o 3.º passou a ser o 2.º; o 4.º o 3.º; o 5.º o 4.º e 2.º o 5.º. Criou-se também um corpo de pontoneiros, mineiros e sapadores que, entretanto, não foi mantido por não se encontrar gente capacitada pa-

ra o mesmo. Outro fato notável da Regência foi o da abolição de unidades de granadeiros e fuzileiros, dando-se nitidamente preferência pelos caçadores, no que aliás acompanhávamos a tendência dos exércitos europeus.

Concluindo, podemos dizer que com a Regência o Exército Brasileiro já estava realmente estruturado e pôde ser assim um instrumento da política imperial do 2.^o Reinado, quando, apesar do seu pequeno efetivo, coube desempenhar a contento o seu papel.

E. SIMÕES DE PAULA

da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da
Universidade de São Paulo